

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOAS**

---

**RELATÓRIO DE GESTÃO -  
CICLO 2003**

**ÍNDICE**

---

Apresentação .....	03
Estrutura da DRT/AL.....	06
Gestão Operacional/Finalística.....	09
Gestão Orçamentária.....	19
Gestão Financeira.....	21
Gestão Patrimonial.....	23
Gestão de Pessoas.....	25
Gestão de Supimento de Bens e Serviços.....	30

## • APRESENTAÇÃO

Quando assumimos em 21 de janeiro de 2003 a gestão da DRT, encontramos um órgão bastante desorganizado administrativamente. A título de ilustração, nos deparamos com problema de veículos e equipamentos que estavam na residência de servidores, inclusive de ocupante de cargo comissionado que já havia entregue o cargo, e servidores de posse de telefones celulares do órgão no período de férias.

A desmotivação do pessoal devido ao processo de arrocho vencimental e desvalorização profissional promovido pelo Governo Central e pela Direção do órgão foram outros problemas que enfrentamos na chegada, combinado com a falta de pessoal na maioria dos setores, por força do grande número de aposentadorias que existiram na DRT, sem a devida reposição do elemento humano através de concurso. No campo ainda do problema com pessoal é preciso registrar também vícios administrativos como impontualidade, horário especial de seis horas da maioria, falta de profissionalismo e mesmo de capacidade profissional de alguns, que não têm competência para exercerem atividades mais complexas, inclusive, um pequeno número de servidores desta casa resiste à informática, entre esses, alguns, por falta de conhecimento mínimo, sendo praticamente analfabetos.

Por outro lado, encontramos setores completamente paralisados, como o Núcleo de Multas e Recursos, no qual havia mais de 3000 processos acumulados dos últimos cinco anos. Merece registro que o problema não estava situado na falta de vontade de trabalhar dos servidores do setor, e sim no processo de desmonte e de desvalorização que o NEMUR vinha sofrendo nos anos anteriores, por se tratar de um núcleo importantíssimo deste órgão, do qual partem todas as multas para as empresas infratoras. De modo geral, a maioria dos setores desta Delegacia não estava informatizado, provocando um grande atraso nos seus trabalhos cotidianos.

Combinando com esses fatos negativos, recebemos um órgão sob a mácula de denúncias de irregularidades, entre as quais, desvios de verbas e licitações irregulares, que estão sob investigação no Ministério do Trabalho, nesta DRT e no TCU.

O caos administrativo era marca do órgão. Não havia planejamento, nem metas para 2003, exceto para a fiscalização. Diversos trabalhadores das Empresas Castelo e Opção (limpeza e vigilância) trabalhavam no setor administrativo deste órgão, os servidores das Prefeituras que trabalhavam nas Agências de atendimento no interior foram cedidos sem o devido convênio. Assim como, os processos de construção das agências de Maragogi, Porto Real do Colégio e Santana do Ipanema estavam com os seus cronogramas atrasados.

Para concluir o quadro negativo do ano de 2003, recebemos da Secretaria Executiva do MTE determinação para cortar nosso orçamento em mais de 70% do que estava previsto, inclusive, cortando cerca de 50% do que havia sido gasto em 2002. Trocando esses dados para valores, em 2002, esta DRT gastou mais de R\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais), o orçamento previsto para 2003 era de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), incluindo a construção de uma Agência Metropolitana no bairro do Benedito Bentes em Maceió. O limite orçamentário definido inicialmente pela Secretaria Executiva do MTE foi de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais). Sendo o nosso gasto no ano de 2003 na ordem de R\$ 1.400.000,00 (hum milhão e quatrocentos mil reais), após algumas suplementações de verbas.

## **RESUMO DAS MEDIDAS REALIZADAS**

Para tentar superar esses problemas, foi iniciado um processo de moralização da casa, com medidas de recolhimento de veículos e celulares, cortes de diárias e passagens gratuitas, demissão do pessoal das Empresas Castelo e Opção, que estava desviado de funções e enviamos para a Secretaria Executiva do MTE alguns processos com indícios de irregularidades.

Por outro lado, foi dado início a um processo de motivação dos servidores, com a realização de reuniões, assinatura de convênio com o SESI, para que os funcionários da DRT tenham acesso aos sistemas de saúde e desportos daquela instituição, remanejamento de servidores para outros setores e a realização de eventos, para proporcionar uma maior integração entre os mesmos. Outra medida tomada nesse período foi a prioridade para o treinamento do pessoal desta DRT. No âmbito do órgão foram disponibilizados cursos de informática, seminários e palestras sobre diversos temas, bem como, enviamos servidores para os cursos promovidos pelo MTE.

Devido à situação crítica encontrada, não foi possível realizar no começo de 2003 um processo de planejamento global, a opção escolhida foi de um planejamento setorial, no qual os servidores de cada Seção, com seus respectivos núcleos, apresentaram sua relação de problemas e elaboraram algumas metas iniciais para o ano de 2003. No entanto, esse processo foi muito incipiente, e as condições objetivas e subjetivas do órgão não permitiram sua continuidade. Em termos de planejamento, as metas e objetivos foram mais estabelecidas pela Administração Central do órgão, que tentou realizá-las em condições desfavoráveis. Merece registro, ainda, que a Secretaria Executiva do MTE não ofereceu nenhum apoio para que esta DRT realizasse qualquer tipo de planejamento. Visando a mudança desse quadro, no final de 2003 foi realizado o Planejamento Estratégico para 2004.

Na área das relações com os atores sociais que compõem o mundo do trabalho, esta administração manteve um diálogo franco e aberto com trabalhadores e empresários, procurando, no processo de negociação, a superação dos impasses e conflitos trabalhistas. O Delegado e servidores desta DRT participaram de diversas reuniões com trabalhadores rurais, plantadores de cana, representantes das indústrias de açúcar e álcool, Federações da Indústria, Comércio e Agricultura. Foram realizadas audiências com representantes dos jornalistas, radialistas, rodoviários, vigilantes, petroquímicos, entre outras categorias. De modo geral, a tônica desta administração foi dialogar, conscientizar, negociar, para depois, caso necessário, punir, através do devido processo administrativo.

Nesse aspecto, a Fiscalização foi uma das prioridades desta administração. Os melhores veículos de nossa frota foram colocados à disposição do corpo de auditores fiscais, objetivando o trabalho de inspeção no interior do Estado. Foi lançado um endereço eletrônico para que o trabalhador tivesse condições de denunciar descumprimento da legislação trabalhista, e a ação de fiscalização passou a atuar com a liberdade constitucional devida, sem sofrer nenhum tipo de interferência na sua ação.

O Núcleo de Multa e Recursos (NEMUR) recebeu o apoio administrativo devido, escoando cerca de três mil processos que tramitavam lentamente no setor, estando, hoje, completamente atualizado no procedimento administrativo de notificações e cobranças de multas oriundas de autuações da fiscalização. Nesse ano, todos os procedimentos do NEMUR foram informatizados, com a instalação de um programa próprio para o setor. Da mesma forma, outros setores também foram completamente informatizado, como foi o caso do Núcleo de Fiscalização do Trabalho.

No mês de julho foi realizada em Maceió a Conferência Estadual do Trabalho, evento que fez parte da programação do Fórum Nacional do Trabalho, espaço que está discutindo as Reformas Sindical e Trabalhista. A citada conferência contou com a participação de cerca de 80 delegados representantes dos empresários, trabalhadores, setor público, ONGs e cooperativas, que travaram um amplo e rico debate sobre os temas relacionados com as citadas reformas.

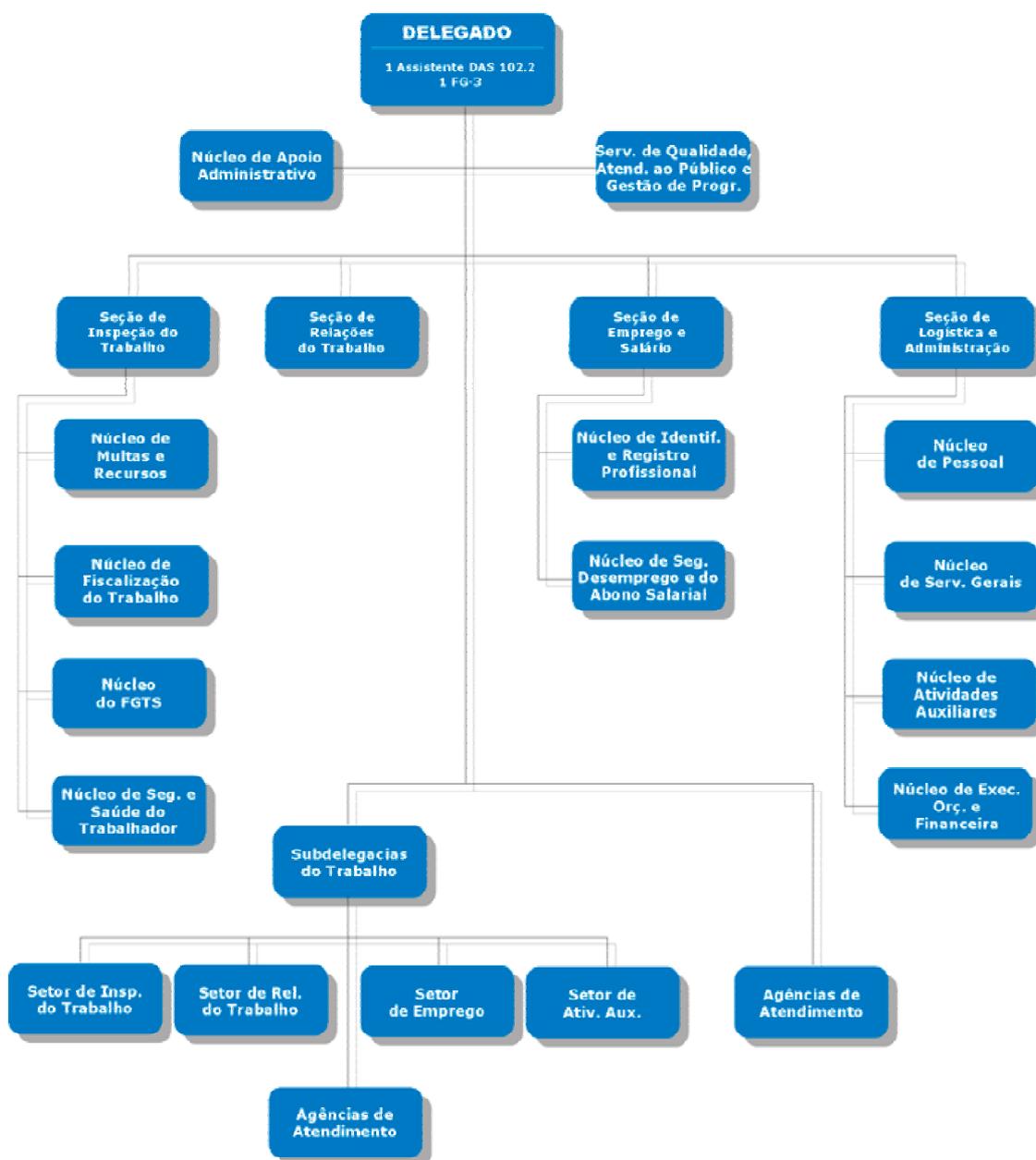
Em outubro, foi inaugurada a obra da Agência de Maragogi, que entrou de imediato em funcionamento, devido a grande demanda existente nesse município e nos circunvizinhos no que se refere às questões que envolvem o mundo do trabalho. A obra da Agência de Santana do Ipanema está praticamente concluída, devendo ser inaugurada em abril de 2004.

O trabalho da Gestão atual da DRT tem sido feito de forma árdua e responsável. Modificar uma estrutura com os problemas apresentados e com a falta de verba promovida pelo Governo Federal no ano de 2003 não foi uma tarefa fácil. Principalmente pelo fato do órgão não poder parar, as mudanças têm se dado com a DRT em funcionamento, como não poderia deixar de ser. No entanto, a responsabilidade social e legal que motiva esta gestão indica a necessidade de manter a atual caminhada, na certeza que o destino almejado é o de uma DRT exemplar no atendimento ao público e no cumprimento de suas responsabilidades sociais.

**RICARDO COELHO DE BARROS**

**DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOAS**

- **ESTRUTURA DA DRT - ALAGOAS**



A DRT/AL é uma das 27 Unidades Descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo como atividade fim coordenar, orientar e controlar na área de sua jurisdição, a execução das atividades relacionadas à fiscalização das condições ambientais de trabalho, a orientação ao trabalhador empregado e desempregado, o fornecimento de carteira de trabalho e previdência social, mediação e a arbitragem em negociação coletiva, a

conciliação de conflitos trabalhistas, a assistência na rescisão do contrato de trabalho, em conformidade com as orientações e normas emanadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

As competências regimentais da DRT/AL são as constantes da Portaria 762 de 11/10/2000, publicada no DOU de 11/10/2000.

- **MISSÃO INSTITUCIONAL**

Assistir ao trabalhador e ao empregador no cumprimento da Legislação Trabalhista e incentivar a geração de emprego e renda, visando ao bem-estar social..

- **VISÃO DE FUTURO**

Ser reconhecida na sociedade alagoana como órgão de excelência na prestação do serviço público.

- **PRINCIPAIS INSTALAÇÕES E LOCALIDADES**

Para o desenvolvimento de suas atividades a Delegacia dispõe de 5 andares do edifício – sede, equipamentos, uma frota de 19 veículos e 1 trailer, abrigados em garagem locada, um auditório climatizado com capacidade para 130 pessoas, uma sala de refeições, 1 sala de reuniões, 2 áreas interligadas de atendimento ao público:seguro-desemprego, localizada na Rua João Severiano, s/n, e homologação de Rescisão de Contrato de Trabalho, plantão fiscal, plantão de segurança, emissão de CTPS e Protocolo, localizados à Rua do Livramento, n.º 91.

Possui ainda, dois andares em prédio pertencente ao Governo do Estado, sobre os quais tramita acordo para permuta com dois andares pertencentes àquele Poder no edifício sede da DRT, objetivando a ampliação das instalações da Delegacia.

As Unidades Descentralizadas são: uma Subdelegacia em Arapiraca e oito Agências de Atendimento nos municípios de Atalaia, Maragogi, Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Rio Largo e União dos Palmares. Conta, também, com um posto de atendimento nas Varas do Trabalho em Maceió, que presta os serviços de emissão de CTPS, recebimento de denúncias, cálculos trabalhistas, consultas ao seguro-desemprego e orientações diversas.

- **EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA**

A DRT/AL conta com os seguintes equipamentos em seu parque tecnológico: cabeamento estruturado (dados, voz e elétrica), rack com 08 switch de 24 portas, 01 roteador cisco 3600, 01 modem 2801, MainStreet, 01 servidor de autenticação de domínio primário – PDC, pentium x86, 01 servidor de autenticação de domínio de backup (BDC) pentium x86, 01 servidor de arquivos, aplicativos e banco de dados (ace- altos 1200), 01 servidor de antivírus Pentium x86, cerca de 80 máquinas (estações), que variam entre pentium III e IV na sede e 25 máquinas nas Unidades Descentralizadas, 02 datashow, 03 notebooks, 03 máquinas digitais, 03 scanners, 02 deles de última geração, 01 impressora a laser e 01 kit para teleconferência.

Possui 02 pontos para teleconferências, no auditório e sala de reuniões. No auditório, os equipamentos de som / acústica são de última geração.

A elétrica que mantém os servidores é estabilizada (110v), possuindo um nobreak sms e os equipamentos de informática possuem um transformador exclusivo para eles na casa de força.

Noventa por cento das Unidades Descentralizadas possuem, na parte física, em relação a dados/elétrica, cabeamento estruturado e hub que varia de 08 a 16 portas e o acesso.

O acesso à internet nas Agências de Atendimento ocorre por meio de conexão discada e na Sede e Subdelegacia em Arapiraca por meio do link conectado ao MTE, que possibilita acessar serviços e sistemas em qualquer máquina, desde que devidamente configuradas.

## **GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA**

## • **PRINCIPAIS CLIENTES/USUÁRIOS**

São usuários dos serviços da DRT/AL todos os cidadãos, empregados ou desempregados, empregadores, entidades representativas de classe, órgãos e entidades públicas.

## • **PRINCIPAIS SERVIÇOS**

Para cumprimento de sua Missão Institucional a Delegacia executa os seguintes serviços:

Fiscalização da legislação trabalhista e de segurança e saúde do trabalhador;  
Combate ao trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente ;  
Mesas de entendimento;  
Comissão interna de prevenção de acidentes;  
Serviço especializado e Segurança e Medicina do Trabalho;  
Combate às práticas discriminatórias na relação de trabalho e promoção de igualdade;  
Mediação de conflitos coletivos e conciliação de conflitos individuais;  
Registro de instrumentos coletivos;  
Habilitação ao seguro-desemprego;  
Emissão de CTPS;  
Recepção de CAGED;  
Registro Profissional;  
Assistência nas rescisões contratuais;

## • **PARCERIAS INSTITUCIONAIS**

A fim de melhor cumprir sua missão institucional, a DRT/AL estabeleceu parcerias, cuja forma de relacionamento da DRT se dá por meio de disposições regimentais, convênios, protocolos de intenção, termos de cooperação e outros.

Tribunal Regional do Trabalho  
Procuradoria Regional do Trabalho  
Instituto Nacional do Seguro Social  
Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas

Associação dos Deficientes Físicos de Maceió  
 SESI/SESC/SENAC/SENAI/SEBRAE  
 Caixa Econômica Federal  
 Prefeituras Municipais  
 CORREIOS  
 Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais  
 Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
 Ministério Público Estadual  
 Sociedade Pestalozzi  
 Associação Comunitária do Bairro Pitanguinha  
 Associação dos Amigos e Pais de Pessoas Especiais  
 Associação de Cegos de Alagoas  
 Escola de Cegos Ciro Aciolly  
 Conselho Regional de Serviço Social  
 Secretaria Estadual de Educação  
 Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania  
 Secretaria Estadual de Projetos Especiais  
 Centro de Educação Especial Profª Wandete Castro  
 Universidade Federal de Alagoas  
 Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC  
 Escola Agrotécnica Federal de Alagoas  
 Sindicatos Patronais e Laborais  
 Federação da Indústria  
 Federação do Comércio  
 Federação da Agricultura  
 Federação dos Trabalhadores na Agricultura

Das parcerias acima, convém destacar às estabelecidas em 2003, com objetivos específicos:

<b>ÓRGÃO / ENTIDADE</b>	<b>OBJETO</b>
Tribunal Regional do Trabalho –19ª Região	1.Convênio de cooperação para formação de Junta Médica Oficial;  2.Cessão de uso de sala no prédio das Varas do Trabalho para instalação de posto de atendimento da DRT no TRT 19ª Região.
SESI – Serviço Social da Indústria	1.Assistência em lazer para servidores e dependentes da DRT/AL.
CARPH - Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais	1.Convênio para cessão de Pessoal da CARPH para a DRT/AL.
Prefeitura Municipal de Maragogi	1. Convênio para cessão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maragogi para a Agência de Atendimento do MTE em Maragogi.

## • RESULTADOS

Os principais processos finalísticos são relacionados à prestação de serviços referentes aos direitos trabalhistas previstos na Consolidação das leis do Trabalho. Estes processos são definidos pela legislação e regulamentação pertinentes.

### • AÇÕES EXECUTADAS

#### ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - SES

<b>Descrição das Atividades</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
CTPS emitidas pela DRT, Agências de Atendimento, Subdelegacia e Conveniados (Sindicatos, Prefeituras)	110.000	126.887
Registros Profissionais	240	202
Rais recepcionadas *	1.500	35
CAGED	1.272	949
CTPS emitida para estrangeiro	15	24
Convênio para emissão de CTPS	00	40
Renovação de convênio para emissão de CTPS	80	00
Seguro-Desemprego - Pré-triagem	24.005	26.678
Seguro-Desemprego - Consultas ao terminal	6.822	8.471
Seguro-Desemprego -Recursos	4.916	4.448
Seguro-Desemprego -Requerimentos especiais	167	309
Seguro-Desemprego -Consultas e Relatório Geral	3.571	3.137
Seguro-Desemprego - Bolsas de qualificação	545	280
Seguro-Desemprego - Correção	3.441	4.524
Seguro-Desemprego - Inclusão	19.045	22.414

\* Diminuição de recepção de RAIS na DRT/AL ocorreu em virtude do envio via internet pelas empresas.

### • AÇÕES EXECUTADAS

#### RELAÇÕES TRABALHISTAS - SERET

<b>Descrição das Atividades</b>		
<b>1. Mediações Individuais</b>	<b>1.161</b>	<b>623</b>
Com acordo	953	225
Sem acordo	208	39
Suspensão da Mediação	--	359
<b>2. Mediações Coletivas</b>	<b>85</b>	<b>120</b>
Com acordo	62	53
Sem acordo	23	22
Suspensão de mediação	--	45
<b>3. Instrumentos Coletivos Depositados</b>	<b>158</b>	<b>178</b>
Convenções Coletivas de Trabalho	49	54
Acordos Coletivos de Trabalho	98	108
Termos Aditivos às Convenções Coletivas de Trabalho	11	4
Termos Aditivos aos Acordos Coletivos de Trabalho	00	12
<b>4. Assistência na rescisão / Homologação</b>	<b>5.419</b>	<b>5.226</b>
Sem justa causa	5.279	5.073
Com justa causa	09	14
Pedidos de demissão	107	108
Por aposentadoria	16	21
Por falecimento	08	10

- **AÇÕES EXECUTADAS**

### **INSPEÇÃO DO TRABALHO – SEINT**

Para as atividades de fiscalização durante o ano de 2003, não ficou estabelecido pela unidade quais as metas a serem alcançadas, e nem determinados quais seriam os indicadores de desempenho. Porém, foi realizado o Planejamento para alcance das metas institucionais determinadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, com vistas à percepção da Gratificação de Desempenho de Arrecadação Tributária – GEDAT, pelos Auditores

Fiscais. Tomando por base estas metas, podem ser estabelecidos indicadores de desempenho entre o resultado a alcançar e o alcançado, de acordo com a tabela abaixo:

<b>META</b>	<b>RESULTADO PROPOSTO</b>	<b>RESULTADO ALCANÇADO</b>	<b>% DESEMPENHO</b>
<b>Trabalhador Registrado sob ação fiscal</b>	6.239	11.544	<b>185,02</b>
<b>FGTS</b>	54.163.557,34 90.272.595,56	20.409.779,71 124.909.078,19	<b>159,29</b>
<b>Esforço Fiscal / DEFIT</b>	2.491	3.927	<b>157,64</b>
<b>Esforço Fiscal / DSST</b>	2.000	2.082	<b>104,10</b>
<b>Trabalho Infantil</b>	190 317	317 345	<b>208,83</b>
<b>Redução de Acidente</b>			
<b>Setor Rural</b>	560	1.883	<b>336,25</b>
<b>Projeto Local</b>	3.815	3.563	<b>93,39</b>
<b>Análise de Acidentes</b>	525	550	<b>1045,76</b>
<b>Demandas Externas</b>	700	3.949	<b>564,14</b>

Outra forma de se avaliar o desempenho da instituição, é fazendo um comparativo dos resultados alcançados em 2002 com os obtidos em 2003, conforme quadros demonstrativos a seguir:

• AÇÕES EXECUTADAS

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO -NEFIT

<b>Descrição das Atividades</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Empresas fiscalizadas - Urbanas	2.500	2.661
Empresas fiscalizadas - Rurais	145	430
Empregados alcançados	223.448	418.374
Empregados registrados sob ação fiscal	17.204	11.855
Denúncias Recebidas	402	1.734
Denúncias atendidas:	319	363
Palestras / Seminários / Fóruns / Câmaras Setoriais	-	-
Autos de infração lavrados	838	1.123
Falta Registro (Art.41 CLT)	110	177
Jornada (Art.58 e 59)	23	84
Descanso (Arts.60 a 74)	25	53
Férias(Arts.129 ao 152)	28	59
Salário/Pagamento em atraso (Art.459)	89	112
Descumprimento de cláusula contratual (Art.444 "in fine")	39	49
Falta de apresentação de documentos, inclusive o LIT(Art.628 c/c 630)	146	195
Décimo terceiro salário (Leio 4090/65)	1	14
Empregados orientados	12.730	8.921
Empregadores orientados	1.128	1.756
Reclamações Trabalhistas	-	02
Audiências	-	-
Certidões expedidas	40	53

• AÇÕES EXECUTADAS

NÚCLEO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO - NEGUR

<b>Descrição das Atividades</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Empresas fiscalizadas - Urbanas	880	762
Empresas fiscalizadas - Rurais	45	258
Empregados alcançados	92.425	125.957
Embargos	-	23
Interdições	2	20
NR Regularizada por ação fiscal		
Investigação de Acidente Grave e Fatal	3	05
Perícias realizadas	37	30
Denúncias recebidas		
Denúncias apuradas	25	115
Palestras / Seminários / Fóruns / Câmaras Setoriais	18	Número não contabilizado
Autos de Infração lavrados	102	293
Processos de CIPA Registrados	400	353
Processos de SESMT Registrados	52	19
Processos encaminhados ao Ministério Público	21	Número não contabilizado
Registro de Técnicos de Segurança do Trabalho	20	76
Empregados orientados	325	Número não contabilizado
Empregadores orientados	75	Número não contabilizado
Certidões expedidas	3	-

• **AÇÕES EXECUTADAS**  
**NÚCLEO DE MULTAS E RECURSOS – NEMUR**

<b>Descrição das Atividades</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Autos de infração notificados para pagamento de multa	1.945	1.584
Valor de multas Impostas (R\$)	9.352.521,66	4.813.073,99
Valor de multas Recolhidas (R\$)	229.521,89	511.316,11
Processos notificados para Edital	135	502
Processos encaminhados à PFN	813	2.026
Processos Insubsistentes	11	03
Processos Arquivados	337	438
NDFGs Emitidas	187	183
NDFGs Insubsistentes	09	08
NDFGs Arquivadas	09	02
NDFGs Encaminhadas à Procuradoria da Fazenda Nacional/AI	192	308

• **AÇÕES EXECUTADAS**  
**GRUPO DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO  
TRABALHO ADOLESCENTE – GECTIPA \***

<b>Descrição das Atividades</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Empresas visitadas		137
Crianças alcançadas		3.590
Palestras realizadas		48
Autos de Infração Lavrados		22

\*Sem registro de dados de 2002.

## **GESTÃO DAS SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PRESTADO PELA DRT/AL**

A satisfação ou insatisfação dos usuários quanto ao sistema de atendimento ao público é registrada nas caixas de sugestões instaladas nas portarias da DRT/AL, Unidades Descentralizadas e Posto de Atendimento no TRT 19ª Região. Depois de separadas por tipo de serviço, as informações são encaminhadas aos responsáveis pelos serviços para análise e providências. Este sistema permite o controle de todas as sugestões e reclamações recebidas, a adoção de medidas corretivas e o esclarecimento ao interessado sobre a solução adotada.

No ano de 2003, não foi efetuada pesquisa de opinião junto aos usuários dos serviços, a fim de conhecer suas necessidades e expectativas, por falta de recursos financeiros. A solicitação foi feita através do MEMO/GAB/DRT/AL/Nº 173/2003 e a resposta através do MEMO/Nº 851 CGDIT/SPOAD/MTE.

Em 2003, foram depositados nas caixas de sugestão, 37 registros de reclamação e sugestões. Destas, 10 referentes ao atendimento no Seguro – Desemprego e as restantes em relação aos demais serviços da DRT/AL. Em comparação ao número de usuários que procuram nossos serviços o índice de reclamações formais é considerado pequeno.

# **GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

Na administração direta, os recursos disponibilizados são oriundos do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT, daí a necessidade de um adequado controle dos gastos.

Os resultados financeiros do FGTS arrecadado pela ação fiscal e recursos de multas recolhidas não integram o patrimônio da DRT/AL, uma vez que se constituem receitas para o Tesouro Nacional ou para o sistema de política social do Governo – FGTS- Previdência Social e FAT- Seguro Desemprego.

A DRT/AL recebe do órgão central os recursos orçamentários para execução de suas atividades.

#### **GESTÃO TESOURO**

ANO	LIBERADO	EXECUTADO
2002	16.199.703,70	16.161.665,48
2003	17.559.944,38	17.153.848,17

#### **GESTÃO FAT**

ANO	LIBERADO	EXECUTADO
2002	3.529.154,00	3.528.479,50
2003	1.444.845,76	1.429.471,49

## **GESTÃO FINANCEIRA**

Os recursos financeiros necessários à execução dos serviços são contemplados, anualmente, na proposta orçamentária da Delegacia, em função das despesas de manutenção .

Na situação em que há identificação de uma necessidade e não exista condição imediata de atendimento, o Delegado Regional do Trabalho promove negociação com o órgão Central com vistas à autorização e disponibilização de recursos.

# **GESTÃO PATRIMONIAL**

Em 2003, foi constituída a Portaria nº 28, de 17/02/2003, que instituiu a Comissão de Alienação e Desfazimento de Bens da DRT/AL, composta dos servidores José Maria Barbosa, Assistente Jurídico – Presidente da Comissão, Maria Aparecida Tenório Magalhães e Fábio José Mendes Marinho.

Foram doados bens inservíveis para as entidades Associação dos Amigos e Pais de Pessoas Especiais e Conselho Metropolitano de Maceió (processos 46201.001616/2003-93 e 46201.003430/2002-98, respectivamente).

Em virtude das restrições orçamentárias, não houve compra de bens permanentes para esta Regional e Unidades Descentralizadas.

# GESTÃO DE PESSOAS

- **PERFIL DO QUADRO DE PESSOAL**

A Delegacia conta com uma força de trabalho de 240 colaboradores, sendo:

Audidores-Fiscais	3º grau		41	41
Servidores	3º e 2º graus	43	41	84

Terceirizados *	3º , 2º e 1º graus	67	14	81
Colaboradores(servidores municipais)	2º e 1º graus		34	34
Total		110	130	240

\*Inclui os colaboradores de limpeza e vigilância.

A DRT/AL dispõe de 3 cargos DAS-Direção e Assessoramento Superior e 28 Funções Gratificadas-FG's.

Todos os servidores federais são regidos pela Lei 8.112/90, os colaboradores pelos regimes municipais ou CLT e os terceirizados pela CLT.

O organograma da DRT/AL define o sistema formal de trabalho, estruturado de acordo com o Regimento Interno, mas, para minimizar os efeitos de uma estrutura verticalizada, a Delegacia cria estruturas complementares, a fim de assegurar uma gestão participativa, com a designação de servidores responsáveis pela Informática, Unidades Descentralizadas e Garagem e Veículos .

### **AÇÕES EXECUTADAS NÚCLEO DE PESSOAL - NUPES**

* Aposentadorias concedidas:	01
**Pensões concedidas:	06
Admissões:	00
***Desligamentos:	03
Servidores removidos de outros Estados:	00
Servidores redistribuídos para outros órgãos:	00
Servidor cedido para outro órgão:	00
****Auxílios-funerais concedidos:	07

#### **• PROGRAMA DE ESTÁGIO CURRICULAR**

O estágio curricular na DRT/AL é disciplinado pela Portaria nº 08, de 23/01/2001. A seleção é feita em conjunto com Informática e Núcleo de Pessoal, obedecendo ao perfil adequado para cada setor, conforme curso, características e habilidades apontados pelas chefias destes setores. Os estagiários são avaliados trimestralmente pelos seus responsáveis visando sempre a melhoraria do nível do estágio, que lhes proporcionará maior aproveitamento no mercado de trabalho.

#### **QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIOS:**

	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
QUANTITATIVO ATUAL	07	10

QUANTITATIVO PERMITIDO	07	10
------------------------	----	----

### **CONDIÇÕES DA REMUNERAÇÃO/MANUTENÇÃO**

O sistema de remuneração é estruturado pelo Governo Federal, com base nas atribuições dos servidores. A remuneração dos auditores fiscais é constituída de uma parte fixa e uma parte variável –GDAT – Gratificação de Desempenho de Arrecadação Tributária, que é calculada com base no atingimento de metas individuais e institucionais, cuja aferição se realiza através do SFIT- Sistema Federal de Inspeção do Trabalho.

Para os demais cargos e funções, a remuneração é a mesma definida pelo Governo Federal para os órgãos da administração direta. Embora, os servidores técnico-administrativos do MTE recebam GDASST – gratificação criada para a carreira da seguridade social e do trabalho - Lei nº 10.483/2002, ainda não foi definido pelo Ministério do Planejamento o processo de avaliação dos servidores.

Para assegurar o cumprimento da missão institucional faz-se necessário a ampliação e a valorização do quadro de pessoal e a criação de uma carreira intermediária entre as funções administrativas e auditoria – fiscal, que absorva atividades internas da inspeção do trabalho possibilitando, assim maior efetividade das ações fiscais. Como exemplo, temos servidores de cargos de nível médio homologando rescisões de contrato de trabalho.

### **AÇÕES DA VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR**

Reativação do Comitê de Qualidade da DRT/AL, com reuniões mensais;
Reuniões sistemáticas com recepcionistas, vigilantes e atendentes;
Realização na própria DRT, dos treinamentos e oficinas: COMPROT – Sistema de Comunicação e Protocolo; Formação de Pregoeiros, visando capacitar e certificar 19 servidores para exercerem as atribuições de Pregoeiro; Execução Orçamentária e Financeira; Utilização do e-mail, visando agilidade na comunicação e economia de material de consumo; Excelência no atendimento ao Público para recepcionistas, estagiários e atendentes das Unidades Descentralizadas;
Realização de palestra para todos os servidores, estagiários e atendentes sobre excelência na gestão pública;
Viabilização da participação de 10 servidores, sendo, das áreas de Logística e Administração, Programação e Execução Orçamentária e Financeira, Suporte Documental, Administração de Pessoal Comissão de Licitação nos treinamentos realizados, respectivamente, em Brasília e

Fortaleza, sobre Programação e Execução Orçamentária e Financeira, em Brasília e Porto Alegre, sobre SIAPECAD e Legislação de Pessoal e Brasília e Recife sobre Formas de Comprar e Contratar na Administração Pública e Formação de Pregoeiros.
Formalização de convênio de cooperação com o TRT 19ª Região para formação de Junta Médica Oficial;
Formalização de convênio com SESI – Serviço Social da Indústria para prestar assistência em lazer para servidores e dependentes da DRT/AL.
Convênio para cessão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maragogi para a Agência de Atendimento do MTE naquela localidade.

## **DESDOBRAMENTO DAS AÇÕES DISCIPLINARES – CORREICIONAIS**

Em 2003, foram instituídas as seguintes comissões de sindicância:

Comissão de Sindicância – Portaria nº 01, de 07/01/2003 – apuração de responsabilidade administrativa –Processo 47909.000075/2001-10. Componentes: José Petrônio Neto Soares e Maria Aparecida Ferreira Melo.

Comissão de Sindicância – Portaria nº 96, de 28/03/2003 – investigação dos fatos descritos no Memo nº 17/2003/NEFIT/SEINT/DRT/AL. Componentes: Martha Cavalcanti Leão da Fonseca, Maria Tereza de Oliveira e José Jobson dos Santos.

Comissão de Sindicância – Portaria nº 250, de 14/10/2003 – investigação dos fatos constantes do MEMO/GAB/DRT/AL/Nº 250/2003, de 26/09/2003. Componentes: Manoel Lourenço dos Santos Filho, Valdemir de Lemos Souza e Maria Aparecida Ferreira Melo.

Encaminhamento de ofício á Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios a fim de proceder apuração de denúncia contra servidora daquele município que presta serviços na Agência de Atendimento do MTE naquela cidade, de cobrança de serviços- Memo 51/2003 – Agência de Atendimento do MTE em Palmeira dos Índios e OF/SAGEP/DRT/AL/Nº 875/2003.

Afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de 60 dias, sem prejuízo da remuneração, determinado pelo MEMO 308/2003-GAB/DRT/AL de 26/12/2003, do servidor

JOSÉ ROBERTO DE BARROS CAVALCANTE, SIAPE nº 0252143 de acordo com o art. 147 da Lei nº 8.112 de 11/12/1990, tendo em vista procedimento investigatório dos processos nº 46201.003593/2003-51 e nº 46201.003412/2001-15.

## **GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS**

- **PRINCIPAIS INSUMOS E FORNECEDORES**

FORNECEDORES	INSUMOS	QUANTIDADE
CASTELO	Mão de obra terceirizada.	16 executores de serviços de limpeza
OPÇÃO	Mão de obra terceirizada.	49 executores de serviços de vigilância
POI/MARCA	Mão de obra terceirizada.	14 atendentes
POLITEC	Mão de obra terceirizada.	02 executores de serviços de informática
SLR	Manutenção da rede elétrica.	
AEROTURISMO	Fornecimento de passagens aéreas.	
COMENDADOR	Fornecimento de combustíveis.	
DATAMEC/SERPRO	Sistemas corporativos de administração e gerenciamento do serviço público.	13 sistemas
MEYER	Serviços de repografia.	02 máquinas
CIEE	Estagiários	17 estagiários
RAFFA's	Fornecimento de água mineral	

A identificação, seleção e qualificação dos fornecedores dos serviços de apoio são realizados através do disposto na Lei nº 8.663/93, e Lei 10.520/2001 e na Portaria MARE nº 544/96, que instituiu o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores. O referido sistema estabelece os requisitos básicos para o cadastramento dos fornecedores quanto aos itens: habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal.

Em 2003, foram abertos 101 processos de dispensa / inexigibilidade de licitação (Lei n.º 8.666/93) para aquisição de material de consumo e serviços e 03 procedimentos licitatórios – modalidade pregão - para aquisição de passagens aéreas, manutenção de veículos e material de consumo (diversos).

## **DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOAS**

### **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL**

**Delegado Regional do Trabalho**

Ricardo Coelho de Barros

**Assessoria do Delegado**

Marcos César Sampaio

Flávia Sandra Torres Alves

**Núcleo de Apoio Administrativo**

Vera Lúcia Ramos Souza de Andrade

Maria Tereza de Oliveira

**Serviço de Qualidade, Atendimento ao Público e Gestão de Programas**

Maria Aparecida Tenório Magalhães

**Seção de Inspeção do Trabalho**

Martha Cavalcanti Leão da Fonseca

**Seção de Relações do Trabalho**

Dulciane Montenegro de Lemos Alencar

**Seção de Emprego e Salário**

Maíta Nogueira Romariz

**Seção de Logística e Administração**

Eliane Palmeira Barros

**Núcleo de Fiscalização do Trabalho**

Alex Alexandre de Oliveira

**Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador**

Manoel Lourenço dos Santos Filho

**Núcleo do FGTS**

Isolda da Cunha Lima Normande Colombo

**Núcleo de Multas e Recursos**

Cícera Maria da Silva

**Núcleo do Seguro –Desemprego e Abono Salarial**

Fátima Goulart Mendes de Lima

**Núcleo de Identificação e Registro Profissional**

José Jobson dos Santos

**Núcleo de Pessoal**

Karlla Vanessa Monteiro de Oliveira

**Núcleo de Serviços Gerais**

Célia Maria Machado de Araújo

**Núcleo de Atividades Auxiliares**

José Nerivaldo Teixeira Araújo

**Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira**

Haroldo Luiz Correia dos Santos

**Subdelegacia em Arapiraca**

Luiz Francisco Ferreira

**Agência de Atendimento em Atalaia**

Paulo Weimar Duarte Barros

**Agência de Atendimento em Maragogi**

Vilma Silva dos Santos

**Agência de Atendimento em Palmeira dos Índios**

Enaldo Simões Resende

**Agência de Atendimento em Porto Real do Colégio**

Antonio dos Santos

**Agência de Atendimento em Rio Largo**

José Robson Nobre

**Agência de Atendimento em São Miguel dos Campos**

Alda Maria Silva Costa Alves

**Agência de Atendimento em Santana do Ipanema**

Cícero Vicente da Silva

**Agência de Atendimento em União dos Palmares**

Valdomiro Gomes Costa

## **RELATÓRIO DE GESTÃO – CICLO 2003**

### ELABORAÇÃO:

Delegado Regional do Trabalho em Alagoas  
Ricardo Coelho de Barros

Chefe da SELAD – Seção de Logística e Administração  
Eliane Palmeira Barros

Chefe do SAGEP – Serviço de Qualidade, Atendimento ao Público e Gestão de Programas  
Maria Aparecida Tenório Magalhães

Chefe da SEINT - Seção de Inspeção do Trabalho  
Martha Cavalcanti Leão da Fonseca